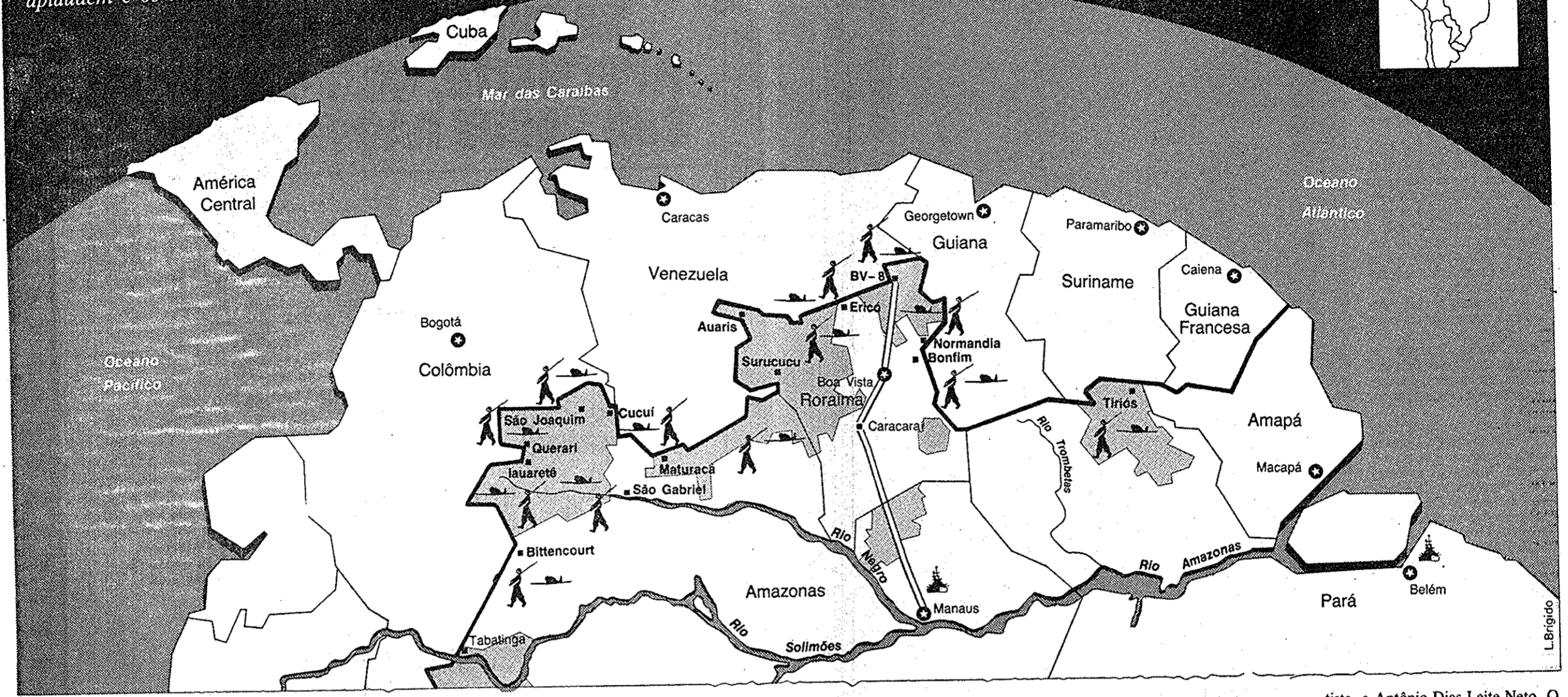


O Brasil ocupa o seu Eldorado



A Igreja protesta, os empresários aplaudem e os índios assistem



João Sant'Anna

O argumento oficial para a ocupação militar é a presença indígena e a influência cubana. Mas não parece que Brasília desconheça o que Washington, Londres, Berlim, Roma e Paris já sabem de cor, graças ao trabalho de seus agentes e missionários e aos modernos métodos de detecção por satélite: a fronteira norte do Brasil é, sem muitos exageros, a mais rica região do mundo e a última grande reserva mineral do planeta.

Petróleo, ouro e diamantes ao longo da fronteira com a República Cooperativista da Guiana. Ouro, diamantes, urânio e cassiterita em todo o sistema Parima, divisor de águas que estabelece os limites com a Venezuela. Cassiterita, ouro, diamantes e outras descobertas ainda não confirmadas na Cabeça do Cachorro, noroeste do Estado do Amazonas, divisa com a Colômbia. Mais ouro, manganês e diversas ocorrências minerais no extremo leste, fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. Resumindo: toda a faixa de 6 mil 500 quilômetros que o Conselho de Segurança Nacional estabeleceu como prioritária para o Projeto Calha Norte é um verdadeiro Eldorado.

É compreensível que a menção a este Eldorado tenha sido contornada com cuidado no documento oficial: acima do Equador, como em toda a Amazônia Legal, não há muitos títulos confiáveis de propriedade e da parte do que foi privatizado ali durante os 20 anos da ditadura traz a marca do apadrinhamento e da corrupção. Mas não é por mera coincidência que todo o aparato militar a ser distribuído pela região venha a ficar exatamente em cima das reservas minerais.

O "vazio demográfico", entretanto, o outro pressuposto do projeto Calha Norte, é muito relativo. Índios, garimpeiros, mineradores, padres tradicionais e progressistas, agentes secretos mais ou menos ostensivos, contrabandistas, narcotraficantes, aventureiros ou comerciantes, itinerantes ou não, podem fazer "a corte", como chamam Brasília, torcer o nariz. Mas são gente — esperta, combativa e experiente — e estão lá.

O programa de consolidação da ocupação pioneira aprovado pelo governo abrange 14% do território nacional, 1 milhão 300 mil quilômetros quadrados, toda a região das margens esquerdas dos rios Solimões e Amazonas para cima. O núcleo interiorano e a região ribeirinha, entretanto, são apenas citados de passagem no documento oficial.

Até o fim deste ano, na área prioritária, ao longo dos 6 mil 500 quilômetros da fronteira norte do país, cada núcleo terá seu aeroporto — muitos com capacidade para operar com aviões do tipo Bandeirante, todos podendo receber os Búfalo de transporte da FAB.

Em três anos, até o final de 1990, em torno de cada Pelotão Especial de Fronteira do Exército, com 70 homens e armamento moderno, haverá, por conta do governo federal, posto de venda de alimentos da Cobal, escola, ambulatório, centro comunitário, instalações para a Polícia Federal, Receita Federal e posto bancário, eficiente rede de comunicações, que inclui antenas parabólicas e sistemas de retransmissão, e um sem número de novos postos da Funai, que, junto com os já existentes,

formarão uma malha de atuação bem equipada e eficiente.

Na prática, serão as bases das futuras cidades da fronteira norte do país que vão articular a expansão econômica e a presença brasileira para além da linha do Equador em direção ao Caribe, no começo do século 21 — daqui a 13 anos.

O primeiro trecho preferencial "para fins de programação e ação imediatas" do Projeto Calha Norte é a longa faixa ocupada pelos índios yanomami, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela. Justamente a menina dos olhos dos padres progressistas da Igreja Católica, considerados por seus antagonistas — garimpeiros, mineradores e gente do próprio governo — agentes estrangeiros, quadros do Vaticano deslocados da África com a queda do colonialismo, para roubar-lhes as riquezas, plantar uma "cabeça de ponte internacional dentro do país e infernizar-lhes a vida. Tudo, afirmam exaltados, em nome de uma pretensa

"O Projeto Calha Norte vai esmagar o povo indígena"

defesa dos indígenas que eles mesmos ajudaram a massacrar, durante séculos, aqui e em todo o mundo.

A Igreja foi a primeira a reagir, e com toda a vênêcia, ao projeto disciplinador do governo: "Vai começar tudo outra vez, general?" pergunta a Bayma Denis, em manchete, o jornal *Porantim*, dirigido por Antônio Brandt, secretário geral do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, organismo de coordenação do trabalho das missões católicas entre os índios, sediado em Brasília.

Brandt não tem dúvidas que a alteração da política indigenista, proposta pelo Conselho de Segurança Nacional e aceita pelo presidente da República, vai subordiná-la aos objetivos de segurança e desenvolvimento. Para ele isto é sinônimo de redução dos territórios, até chegar ao módulo do Incra de 100 hectares por família, o que inviabilizaria a sobrevivência dos últimos índios brasileiros. "Está se preparando um

genocídio", afirma o secretário-geral do Cimi.

Em Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima, todo este uma grande área de disputa pela terra indígena, o bispo dom Aldo diz que o Projeto Calha Norte "vai cair em cima do povo índio e esmagá-lo".

A região vizinha a Boa Vista, em direção à terra yanomami, a Oeste, é um grande campo verde, cortado por estreitas faixas de árvores que acompanham o rumo sinuoso dos igarapés. Aqui e ali enormes poças d'água, das quais se pode ver o fundo verde claro mesmo a 2 mil metros de altura. É a savana venezuelana ou o lavrado brasileiro, completamente diferente da fechada floresta amazônica predominante abaixo da linha do Equador. A partir do rio Mucajai, até onde leva a estrada aberta para a construção da hidrelétrica do Paredão, que pretende fornecer no futuro a energia elétrica para a capital do território de Roraima, a mata se adensa. Os claros agora são representados pelos minúsculos campos de pouso de missões estrangeiras. O relevo se altera: pequenas elevações vão formando a serra dos Surucucu, território yanomami, rico em ouro, cassiterita, diamantes, urânio e outros minerais apenas detectados.

A 900 metros de altura e a 60 quilômetros da fronteira Oeste com a Venezuela, se abre um amplo platô e a vegetação volta ao lavrado: Surucucu, frente de atração da Funai, futura sede de um dos pelotões especiais de fronteira do exército e de toda a infraestrutura comunitária que os acompanha.

A pista de pouso foi ampliada para 1 mil 100 metros e em breve estarão pousando aqui os Bandeirantes fabricados pela Embraer, com capacidade para transportar 18 passageiros. Os alojamentos do Exército pré-fabricados em madeira, vão ficar num extremo da pista, onde já estão sendo demarcados os lotes e o arruamento. Na outra ponta, estão as instalações da Funai: um conjunto de casa, despensa e creche, que além das crianças índias abriga os funcionários e suas famílias; mais atrás outro conjunto, protegido por uma cerca de toras e arame farpado, num estilo de forte apache: cozinha, alojamento para visitantes, hospital pa-

ra os índios. A uns 500 metros de distância, mais perto da Funai do que do pelotão do Exército, uma maloca recém-construída, que abriga uns 30 yanomami, entre homens, mulheres e crianças.

Elas ocorrem em bando, assim que o bimotor turbo-hélice, toca o solo com segurança conduzido pelo comandante Thomas Massao, um jovem de 20 e poucos anos, que trocou São Paulo por Boa Vista e hoje é um veterano e respeitado piloto. As fotos estão proibidas, pois os yanomami acreditam que elas capturam a alma. Tirá-las ali pode provocar uma grande confusão agora ou problemas sérios, mais tarde, para o chefe do posto de atração. Algumas crianças se aproximam, trazem varinhas espetadas no nariz, nas bochechas e nos lábios das orelhas. Sorriem, tocam os visitantes e soltam sonoras gargalhadas. As mulheres usam apenas uma tanga trançada em algodão. As mais jovens são muito belas e saudáveis, as mais velhas dão uma impressão quase insuportável de decrepitude. Os homens prendem o pênis à barriga por cordinha amarrada no prepúcio e fixada na cintura. Coçam-se e sorriem. Todos transmitem uma intensa sensação de fragilidade.

O posto tem energia elétrica 24 horas por dia, fornecida por uma minihidrelétrica. O exército vai construir outra para iluminar seus 70 recintos. O projeto Calha Norte transformou tudo em uma grande agitação: empreiteiros, operários, funcionários governamentais, jornalistas. É apenas o começo.

De 1974 a 1976 estiveram em Surucucu de 400 a 700 garimpeiros, segundo o sertanista Francisco Bezerra, chefe do posto da Funai, ou 4 mil 500, de acordo com José Altino Machado, presidente da União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal.

A convivência não trouxe grandes problemas, até que um índio tomou uma espingarda emprestada de um garimpeiro a pretexto de caçar e usou a arma para matar um e ferir outros dois yanomami de um grupo rival. O grupo rival reagiu e, no final, o acampamento garimpeiro estava destruído, quatro pessoas feridas com gravidade e um garimpeiro e um índio precisaram ser levados de

avião a Boa Vista para não morrerem. O governo fechou as terras yanomami ao garimpo. A curta convivência deixou marcas profundas: segundo Bezerra, o convívio com os garimpeiros fez muitos índios esquecerem de fazer a roça e alguns morreram de fome.

No carnaval do ano passado Surucucu entrou definitivamente para a história dos conflitos da Amazônia, quando 48 garimpeiros desembarcaram de surpresa na pista, dominaram os cinco soldados da Polícia Militar designados para guarnecer o posto após o fechamento do garimpo e se espalharam pelo mato. Estavam decolando de uma fazenda próxima a Boa Vista, onde 2 mil garimpeiros esperavam a hora de embarcar para ocupar o antigo garimpo. A ação da Polícia Federal fechou a base de operações lá embaixo na planície e, dois dias depois, um Búfalo desembarcou com policiais federais na serra. Após longas negociações intermediadas pelos índios, os garimpeiros se entregaram.

"O que se está discutindo são US\$ 120 bilhões"

Confortavelmente instalado numa elegante casa do bairro da alta classe média de Ponta Negra, em Manaus, José Altino Machado não parece o "bandoleiro" que alguns professores universitários de São Paulo afirmam. Educado e inteligente, diz o que pensa sem meias palavras:

"Surucucu tem alta concentração de minério. A 30/40 cm de profundidade, a cassiterita está quase pura. Nosso queixo caiu quando, depois de abandonarmos a área, a Companhia Vale do Rio Doce, através da Docego, apresentou um relatório dizendo que a exploração ali era economicamente inviável. Mas olha aqui o documento da mineradora que, em seguida, requereu autorização para lavra experimental: Delphos, subsidiária da Companhia de Mineração e Participação, que nunca mineiro um palmo de terra. Os diretores eram Eike Batista, sobrinho do então presidente da Vale, Eliezer Ba-

tista, e Antônio Dias Leite Neto. O Jurandir Fonseca foi pra rua (deixou a presidência da Funai), porque não autorizou a entrada da mineradora na área. O Marabuto (sucessor) ficou de autorizar no dia 16 de fevereiro. No dia 13, nós invadimos. Não discutimos a conveniência de se explorar aquela área que descobrimos e de onde fomos retirados — cabe à sociedade decidir. Mas não admitimos que se entregue a uma mineradora particular".

O plural empregado por José Altino inclui os 650 mil membros da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal; 452 mil com carteira de trabalho de garimpeiro. Preso por resistência e desobediência — "não resisti a ninguém porque me apresentei para ser preso, nem desobedei nada porque aquilo ali não é área indígena, é área pretendida" — José Altino está sendo processado por formação de quadrilha. "O negócio é simples", afirma — "o que se está discutindo aqui são 120 bilhões de dólares".

Para contar os yanomamis, cada um usa o número que lhe interessa: 3 mil, 7 mil, 15 mil. Extremamente vulneráveis a problemas pulmonares podem morrer de uma simples gripe, ou antes mesmo que um quadro mais grave possa ser detectado pelos médicos — Argumento que a Igreja e parte da Funai utilizam para justificar os quase 10 milhões de hectares de reserva pretendida. Não vão resistir ao contato com o branco", afirmam.

O outro lado conta o que considerava a outra parte da história: faltam mulheres porque as índias, por tradição, têm filhos sozinhas no mato e 40% morrem de parto; o roubo de mulheres, os conflitos e as subdivisões de grupos são uma característica; as mulheres matam o segundo filho se estiverem amamentando o primeiro; são fracas e vulneráveis, porque estão numa região onde não há caça nem peixe e porque mascam a folha de epadua para vencer a fome; — são, enfim, um grupo condenado a auto-extinção.

A visita à maloca em Surucucu é desanimadora. Na porta, o tuxaua (chefe) coça os testículos e exhibe uma compleição física que nem de longe lembra a dos guerreiros do Xingu. Masca, como outros homens e mulheres yanomami, uma maçaroca de folha verde, que deixa os dentes enegrecidos, e que um funcionário da Funai garante ser tabaco.

Dentro da maloca, uma ampla construção de toras de madeira coberta de palha, os cachorros recebem os visitantes com um alarido insuportável, mas acabam se acalmando. Os adultos não parecem ter o mínimo interesse pelos brancos, sequer se aproximam. As crianças, não: chegam temerosas e logo ficam íntimas e carinhosas. Os pêlos dos braços dos brancos lhes chamam a atenção. Se gostarem da pessoa, dão a mão e passeiam com ela enquanto forem aceitas. Sorriem e repetem com incrível facilidade o nome dos visitantes, mas não revelam o seu, nem adianta perguntar: um yanomami nunca diz seu nome. Assim fica sem nome a jovem mãe que amamentava e aceita posar para fotografias em troca de um novelo de linha vermelha industrializada, comprada por Cz\$ 40,00 no posto de troca onde estão expostos os rústicos artesanatos dos yanomamis. O filho não entra no negócio, é entregue à tia enrolado numa manta. Ou é a milésima vez que esta jovem se exhibe diante de uma câmara ou é uma modelo nata.



Ingenuidade e carinho, a marca dos jovens yanomami



Quarenta por cento das mulheres morrem de parto

Surucucu (RR) — Fotos de José Roberto Serra